

# jornal da tarde

Publicado pela S.A. O Estado de S. Paulo  
Av. Engenheiro Coarano Álvares, 35, tel.: 856-2122 (PABX).



JULIO MESQUITA  
(1891 - 1927)

JULIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA  
(1927 - 1969)

Director Responsável

RUY MESQUITA

Directores

José Vieira de Carvalho Mesquita  
Júlio de Mesquita Neto  
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita  
Ruy Mesquita  
César Tácito Lopes Costa  
José M. Homem de Montes  
Oliveiros S. Ferreira

## Enquanto as crianças esperam parar de morrer

Nos jornais do fim de semana lemos que, após intensas negociações entre as várias correntes ideológicas e representantes de grupos de interesse dentro da Constituinte, ficou decidido que o ante projeto do relator da Comissão de Ordem Econômica, senador Severo Fagundes Gomes — que foi concluído sábado —, “não deverá mais incluir a limitação de tamanho para as propriedades rurais”, mas “a definição de empresa nacional deverá sofrer modificações de cunho nacionalizante”.

Não sabemos quais foram os critérios ou argumentos que levaram a essa decisão, mas temos a certeza de que foram, no mínimo, injustos. Se há alguém neste país que entende profundamente do problema do tamanho das propriedades rurais, este alguém se chama Severo Fagundes Gomes. Diríamos que domina as questões fundiárias até por fenómeno de atavismo. Vamos além. A nomeação do sr. Marcos Freire para o Ministério da Reforma Agrária nos parece mais uma demonstração de bagunça que grassa no governo Sarney. O político pernambucano, que já estava no lugar errado, na Caixa Econômica Federal, porque jamais em sua vida tinha tido qualquer contato com mecanismos e organismos financeiros, entende menos ainda de problemas fundiários, como ele mesmo confessou logo depois de tomar posse do seu novo posto — “Estou chegando sem idéias preconcebidas”. (Modéstia dele. Estava chegando sem idéias, e ponto final.)

Ora, o presidente Sarney, que, na ocasião, reiterou a sua preocupação com a vagareza da reforma agrária, tinha à sua disposição o homem em condições de tocá-la a toque de caixa. O homem certo para o lugar certo. O senador Fagundes Gomes, como dizíamos, domina de tal forma o assunto — ele conhece os maiores latifúndios (improdutivos) do País de cor e salteado, tanto aqueles situados em áreas remotas, as chamadas novas fronteiras agrícolas, onde apenas começa a chegar a atividade agropecuária, quanto aqueles plantados no meio das mais modernas e produtivas áreas agrícolas do País, passando também por aquilo que podíamos chamar de latifúndios litorâneos, ou seja, terras situadas em privilegiados cenários litorâneos que fazem a fortuna daqueles que têm o privilégio de especular com elas — o senador, dizíamos, domina de tal forma o assunto, que, para desapropriar esses imensos e variados latifúndios e nelés instalar as coortes dos sem-terra que hoje frequentemente invadem terras altamente produtivas, poderia tranquilamente dispensar qualquer assessoria do Incra.

Por que, então, não colocar o homem certo no lugar certo, considerando-se, além do mais, que ele faz parte da turma do poire, e portanto, teria total apoio do dr. Ulysses, e traz no seu curriculum uma vasta experiência adquirida no exercício “ministerial” por duas vezes em dois diferentes governos ditatoriais militares? E mais, o senador Fagundes já enfrentou concretamente o problema de reforma agrária, também por duas vezes: uma, durante o governo do professor Carvalho Pinto, em São Paulo, quando foi ensaiada neste Estado uma minireforma agrária, e outra no governo de que foi ministro, do marechal Castelo Branco, quando se discutia o Estatuto da Terra.

Como é que o presidente Sarney foi perder essa oportunidade?

Como é que os membros da Constituinte não permitiram que tanta experiência e tanto conhecimento de sua viessem enriquecer o anteprojeto do relator da sua comissão de Ordem Econômica?

Já no caso das “modificações de cunho nacionalizante” na “definição da empresa nacional” não nos parece que a colaboração do senador Fagundes Gomes possa ser tão eficiente e frutuosa quanto poderia ter sido no caso do tamanho da propriedade rural.

Não que neste terreno ele não tenha conhecimento de causa. Tem, e muito. Mas aqui corremos o risco de ver o seu trabalho prejudicado por preconceitos originados em traumas puramente pessoais.

Não vá o leitor pensar que tememos que o destemido lutador das causas nacionalistas e revolucionárias (nenhuma insinuação sobre sua participação nos governos militares) se sinta tentado a negligenciar a defesa da soberania nacional. De jeito nenhum. O senador saltitante é tão cioso dessa soberania que jamais hesitou em considerá-la mais prioritária do que a fome das nossas crianças.

Vamos explicar: todo mundo sabe — ele, inclusive — que se o Brasil fosse um País tão pouco cioso da sua soberania nacional como são os países mais ricos do mundo — e os que, como a Coreia do Sul e Formosa, se aproximam celeremente do clube dos ricos — e não fizesse, como eles não fazem, maiores restrições ao capital estrangeiro que não tem pátria nem nacionalidade — as crianças famintas do Brasil começariam a deixar de morrer na primeira infância, alguns anos — ou décadas — antes do que isso deverá acontecer caso continuemos a adotar o modelo da dona Conceição Tavares. Mas é preciso ser um reacionário empedernido para acreditar que matar a fome das crianças é mais importante do que acrescentar algo mais à nossa soberania. Além do mais, se é verdade que nossas crianças continuam morrendo num ritmo que faz inveja a qualquer progressista da Etiópia e de Moçambique, quem pode negar que não há criança no mundo que recebe mais carinho dos nossos homens públicos, particularmente dos candidatos a qualquer posto político, desde vereador até presidente da República, do que as crianças do Brasil?

Com a enxurrada de beijos que elas recebem diante das câmeras de televisão durante as campanhas eleitorais — e tudo indica que teremos logo outra campanha eleitoral — e mais o leite do presidente Sarney, elas terão paciência para esperar mais alguns anos para começar a parar de morrer enquanto o senador Fagundes, o ministro Renato Archer e dona Cristina Tavares (que país do mundo tem tantas Tavares quanto o Brasil para cuidar dos seus interesses?) acrescentam algo mais à nossa Soberania. É verdade que a Gazeta Mercantil deste fim de semana estampou diversas matérias sobre a vertiginosa hemorrhagia de dólares que o Brasil vem sofrendo (na mesma semana em que o presidente Sarney é seu patético novo ministro da Fazenda proclamavam à Nação que ou ressurgem os investimentos ou a oitava economia do mundo perece galhardamente nesse posto). Mas o valoroso batalhador do nacional-estatismo não irá vacilar por causa disso.

Ele sabe que cada dólar que sai do Brasil é um dólar a mais de soberania que o Brasil adquire! Embora não tenhamos a menor idéia de quanto isso significa quantitativamente, porque não sabemos quanto está custando o quilo de soberania no mercado internacional, temos a certeza de que as crianças esfomeadas deste país — enquanto aguardam a morte — terão a oportunidade todas as manhãs de misturar algumas colheres de mingau de soberania no leite do presidente que fez opção por sua pobreza.

Não. Ninguém precisa temer pelo futuro da nossa soberania que, se depender do senador Fagundes, será sempre diretamente proporcional ao tamanho da nossa miséria.

O que nos causa alguma preocupação é a questão do cunho nacionalizante das modificações que ele vai fazer na “definição da empresa nacional”. É que existe, inegavelmente, a possibilidade de, a partir de sua experiência empresarial, o senador estabelecer como condição para que uma empresa seja considerada cem por cento nacional e passe a merecer privilégios inerentes a essa condição, além de não ter nenhum dólar no seu capital: 1) que ela prove que está, ou já esteve em alguma fase da sua existência, em situação pre-

fallimentar; 2) que ela prove que sonega, ou sonegou, imposto em alguma fase de sua existência; 3) que ela prove que não paga, ou deixou de pagar, em alguma fase de sua vida, os salários a que seus trabalhadores têm direito; 4) que ela prove que resolve, ou resolveu, em alguma fase de sua existência, seus problemas financeiros, recorrendo a empréstimos absolutamente imorais de bancos estatais, graças ao tráfico de influência de seus “representantes” no Congresso Nacional.